



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006956-27.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **EDUARDO COSTA PEREIRA**
 Requerido: **Otaviano Gomes dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta o autor que na ocasião em apreço dirigia seu automóvel pela Rua Joaquim Rodrigues Bravo, do lado esquerdo da pista, enquanto o réu trafegava pela mesma via pública, mas do lado direito.

Sustenta que em dado momento o réu efetuou manobra de conversão à esquerda, interceptando sua trajetória e dando causa à colisão entre os veículos.

Em contraposição, o réu admitiu que se encontrava na aludida rua quando, ao aproximar-se de sua residência, se colocou do lado esquerdo da pista, sinalizou que faria a conversão à esquerda, adentrou na calçada que dá acesso ao portão do imóvel e parou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixou claro que antes de descer seu automóvel foi atingido pelo que era dirigido pelo autor.

As testemunhas Michel Silva Carvalho e Ana Paula Nascimento Cavalcante prestaram depoimentos coesos prestigiando integralmente a explicação do autor.

Salientaram que estavam no interior do automóvel dele e viram que o réu, mais à frente, acionou a sinalização de seta à direita e parou do lado direito da rua; acrescentaram que quando o autor já passava pelo réu ele de inopino derivou à esquerda, cortando-lhe a frente e causando o embate.

Nada de concreto foi arguido contra essas testemunhas, de sorte que suas declarações não padecem de dúvidas a diminuir sua credibilidade.

Por outro lado, a despeito da testemunha Isabela Nascimento Brasil fazer alusão a ter visto o automóvel do réu parado na frente do do autor quando da batida, é certo que a mesma ressaltou que estava "mexendo no celular" e pouco atenta ao que se passava.

Consequentemente, e levando em conta que sua menção aconteceu quando foi falar algo ao autor (estava sentada atrás dele), há dados concretos que recomendam cautela na análise de suas palavras.

Finalmente, a testemunha Ronivaldo Costa de Souza não presenciou o acidente, mas somente ouviu o barulho dele oriundo.

Ele destacou que após viu o automóvel do autor na posição das fotografias mostradas a fl. 29, sendo certo que a quarta foto revela os danos no veículo do réu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao reconhecimento da responsabilidade do réu pelo acidente.

Isso porque os seguros depoimentos das testemunhas que com clareza viram o episódio preponderam sobre as demais provas orais, dando conta de que o réu encetou manobra de conversão sem a devida cautela.

É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de situação:

"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la" ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, os danos revelados a fl. 29 no veículo do réu são compatíveis com o relato do autor e não se coadunam com a versão expendida na peça de resistência.

Na verdade, se o autor atingisse com a parte frontal de seu veículo o automóvel do réu parado nas condições daquela via pública (trata-se de descida e o lugar do impacto foi pouco depois de uma curva – fl. 31) as avarias nesse último seriam de maior monta.

Nem se diga que o fato do autor trafegar do lado esquerdo da pista alteraria o panorama traçado, tendo em vista que conforme apurado na prova oral coligida em audiência ele assim fez exatamente para ultrapassar o réu no momento em que ele parou do lado direito da pista.

Deverá o réu, portanto, reparar os danos suportados pelo autor, cumprindo registrar que os valores pleiteados estão respaldados por prova documental não impugnada específica e concretamente em momento algum.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.556,71, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2016 (época de elaboração do orçamento de fl. 05), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 25 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**